

POLÍTICAS PÚBLICAS DE REQUALIFICAÇÃO PARA O RIO DE JANEIRO: TRÊS MOMENTOS DE INTERVENÇÕES LOCAIS

Recebido em: 18/05/2007

Aceito em: 05/06/2007

Andrezza Cristina de O. Silva Marques¹

Angela Moreira²

LABLET/PROARQ/FAU/UFRJ

Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar as políticas públicas de requalificação durante os três mandatos de César Maia, tomando-se como exemplos os projetos-âncora que já estão sendo utilizados pela população nos dias de hoje: o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, a Cidade das Crianças Leonel Brizola, a Cidade do Samba e os Quiosques da Orla (principalmente os da Praia de Copacabana). Tais projetos foram escolhidos pelo fato de produzirem uma série de conseqüências sociais, espaciais e econômicas para a cidade do Rio de Janeiro, sendo a principal delas o enobrecimento destes lugares.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Lazer. Intervenções locais.

PUBLIC POLITICS OF REQUALIFICATION FOR RIO DE JANEIRO: THREE MOMENTS OF LOCAL INTERVENTIONS

ABSTRACT: The objective of this work is to analyze the public politics of requalification during the three mandates of César Maia, having as examples the project-anchor that already are being used for the population nowadays: the Center Luiz Gonzaga de Tradições Northeasterns, the City of the Children Leonel Brizola, the City of the Samba and the Kiosks of the Edge (mainly of the Beach of Copacabana). Such projects had been chosen by the fact to produce a series of social, space and economic consequences for the city of Rio de Janeiro, being main of them the ennoblement of these places.

KEYWORDS: Public Politics. Leisure. Local Interventions.

¹Arquiteta e Urbanista, mestranda LABLET/PROARQ/FAU/UFRJ.

²Arquiteta e Urbanista. Professora e Pesquisadora da FAU / UFRJ e do PROARQ / Programa de Pós-Graduação em Arquitetura desta mesma faculdade. Doutora em Planejamento Urbano pela Universidade de Paris X e Pós-Doutora em Turismo e Desenvolvimento pela Universidade de Paris I Panthéon – Sorbonne.

INTRODUÇÃO

Os programas de intervenções no espaço urbano, fortemente empreendido nos anos 80 e 90, foram influenciados por uma agenda política dos governos nacionais ou locais e pela crise do financiamento público, que resultou em um estreito vínculo aos critérios de rentabilidade do capital privado (COMPANS, 2004, p. 25), contribuindo gradativamente para o abandono do “Planejamento Normativo”, o qual utilizava os planos diretores e leis de zoneamento, em detrimento dos “acordos empresariais” negociados, agora, por investidores que visam exclusivamente o lucro.

Com a globalização, acentuou-se, ainda mais, essa busca dos governos locais por investimentos privados. Cada localidade intensificou a competitividade na atração de empresas, turistas e investidores com o intuito de ganhos econômicos, elaborando estratégias competitivas agregadas às políticas públicas. A incorporação de técnicas de gestão empresarial às políticas urbanas praticadas em diversos países favoreceu o surgimento do chamado planejamento estratégico. Este acaba se tornando um “objeto” perigoso nas mãos de políticas públicas errôneas, que vêm nesse tipo de planejamento uma expectativa salvadora para a economia local. Os efeitos da globalização que transformou as relações econômicas, sociais, políticas e culturais, e teve origem no primeiro mundo, chega a uma cidade do terceiro mundo, como o Rio de Janeiro impondo seus preceitos como a verdade absoluta a ser seguida. As origens da fase atual das políticas públicas de requalificação³ do Rio de Janeiro devem ser buscadas nas mudanças gerenciais ocorridas no início dos anos 90.

Entre os anos de 1985 a 1988, período da administração de Saturnino Braga, mais precisamente no final de seu mandato, foi decretada a falência da prefeitura do Rio

³ O termo entendido por Cabrita, Aguiar e Appleton (1993) como a ação de alteração das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e a sua conseqüente substituição por um novo padrão urbano.

de Janeiro. A cidade só recomeça a ganhar força na administração de Marcelo Alencar (1989-1992), quando o Rio de Janeiro é escolhido para sediar a Eco-92 (Conferência Internacional da ONU sobre o Meio Ambiente), onde se beneficiou com as oportunidades provenientes desse evento, como a injeção de recursos federais na cidade, que foram utilizados em projetos urbanos de requalificação.

Todavia, foi na administração de César Maia (1993-1996) que as políticas públicas de requalificação tiveram maior ênfase no que concerne ao espaço público. Sua administração teve como principal proposta a descentralização administrativa. Ainda em seu primeiro mandato, o prefeito César Maia elaborou o Plano Estratégico para a cidade do Rio de Janeiro, sugerindo intervenções urbanísticas articuladas à modernização da infra-estrutura necessária à renovação da base econômica (MAGALHÃES, 2001).

Com o intuito de focar o papel do poder público para obter êxito na aplicação das políticas de requalificação, bem como avaliar as conseqüências dessas ações socialmente, espacialmente e economicamente, serão analisados quatro equipamentos: o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, a Cidade das Crianças Leonel Brizola, a Cidade do Samba e os Quiosques da Orla. A partir dessas intervenções foi possível observar como tais locais foram alvos de altos investimentos municipais durante os três mandatos do prefeito César Maia, sempre justificadas pelos desafios que a globalização colocaria para a cidade do Rio de Janeiro.

1. A MUDANÇA NA ESCALA DO PLANEJAMENTO

A mudança na escala do planejamento, segundo Compans (2004, p. 31), tem seu início na metade dos anos 70, quando se iniciou a erosão da base fiscal dos Estados Nacionais. O resultado dessa erosão foi a combinação de vários fatores: a estagnação

econômica, a internacionalização crescente da produção e a extensão da cobertura dos benefícios assistenciais (estes necessários para a contenção dos movimentos políticos e das ondas de greves), fazendo com que os governos dos países centrais começassem a se engajar em um processo de reestruturação pragmática, que se caracterizava na contenção de gastos públicos, afetando, a reboque, o financiamento dos programas de intervenções urbanas.

Como solução para driblar a falta de recursos, os EUA decretariam a substituição da gerencia do desenvolvimento local do governo municipal para o setor privado. O financiamento privado, agora, entraria como a única alternativa para o desenvolvimento urbano. Como forma de atração desses financiamentos, os governos locais norte-americanos ampliaram os incentivos ao setor imobiliário, oferecendo infraestrutura, terrenos e regras flexíveis para viabilizar empreendimentos. Ainda segundo Compans (2004, p. 32), esses financiamentos eram obtidos por meio de contratos, onde eram definidos os programas financeiros e vantagens a serem acordadas, entre outras "benesses".

Vê-se que a forma de se planejar estava, agora, expressada em condutas empresariais, onde os projetos encontravam-se circunscrito em áreas específicas, pois estas poderiam garantir ao local os investimentos privados. Muda, assim, a escala de planejamento, que não mais busca ordenar o crescimento urbano, mas atua em alguns pontos do espaço, aqueles que irão propor maior rentabilidade.

Ainda segundo Compans (2004, p. 32), a subordinação ao lucro privado nos processos de intervenção pública na cidade resultou na seletividade e segregação do espaço, contribuindo gradativamente para o abandono do "Planejamento Normativo", o

qual utilizava os planos diretores e leis de zoneamento, em detrimento desses “acordos empresariais”.

Um exemplo desta seletividade e segregação do espaço pode ser visto nas intervenções públicas ocorridas em Manhattan, em 1975, que foram movidas pelo capital privado, tendo seu plano desenhado por bancos credores. A intervenção consta de uma operação imobiliária que reunia o governo local, o porto de Nova York e uma empresa privada para a construção do teleporto, este permitiria “o acesso das empresas ali instaladas a satélites de comunicação através de redes de fibra ótica ligadas a 17 estações terrestres” (CASTELLS apud COMPANS, 2004, p. 32).

A crescente valorização imobiliária provocada por esse tipo de intervenção em Manhattan culminou em um processo de “gentrificação”, que deriva do termo *gentrification*, podendo ser traduzido como enobrecimento ou elitização. Esse termo é relativamente novo no vocabulário urbanístico e, segundo Faccenda (2003), seria uma alteração da composição social original destinada à outra área da cidade, ocasionada por certos processos de intervenção urbana que visam apenas interesses imobiliários, empresariais e financeiros. Em Manhattan, houve a expulsão de grupos de baixa renda e minorias étnicas para outras partes da cidade mais distanciadas dos pólos executivo e residencial luxuoso que se formara.

A globalização veio acentuar essa busca dos governos locais por investimentos privados, através da intensificação da competitividade entre municípios no intuito de atrair investimentos, incorporando essa estratégia competitiva a políticas públicas.

Segundo Yáziqi (2001, p. 44), a globalização não só incide na economia, mas também nas culturas mais tradicionais, que recebem fluxos de informação e valores a todo tempo, intercambiando culturas, como jamais se pensara. Porém, os efeitos da

globalização e a discussão acerca da multiculturalidade em uma cidade, de acordo com Antônio Maia (2002, p.147-148), promovem o enfraquecimento dos vínculos identitários. Sendo necessário, portanto, identificar fatores e tendências capazes de contribuir para a manutenção e para o reforço de uma identidade local.

Os governantes pensam globalmente, ou seja, reunindo o tudo a um todo, mas nem sempre os cidadãos pensam assim. E, com essa visão globalizante, os governos locais propõem políticas públicas que têm como função básica o consumo de lugares na cidade, transformando-a em um dos principais campos de negociação público-privado. Essas políticas confrontam-se com as condições locais, que se alteram para se adaptarem à “globalização”.

A incorporação de técnicas de gestão empresarial às políticas urbanas praticadas em diversos países favoreceu o surgimento do chamado planejamento estratégico. Segundo Kotler, Gertner, Rein e Haider (2006, p. 126-127), os lugares deveriam fazer o que as empresas vêm fazendo há muito tempo, ou seja, a adoção de um planejamento estratégico de mercado, onde por meio desse processo, os lugares podem criar uma proposta de venda exclusiva. Mas, a gestão desse tipo de planejamento para as regiões torna-se bem mais difícil que para as empresas, pois as comunidades não conseguem se unificar em prol de um único objetivo. Essas comunidades acabam por colocar em risco o seu desenvolvimento econômico, que fica comprometido por múltiplos interesses e eleições periódicas.

De fato, a forma que vem tomando o planejamento estratégico (desde seu surgimento até as práticas atuais de intervenções, conhecidas por requalificação), ou seja, a de promoção da cidade visando à construção de uma imagem-âncora, forte e positiva, capaz de facilitar a venda de seus produtos, acaba por se tornar um “objeto”

perigoso nas mãos de políticas públicas errôneas, que vêm nesse tipo de planejamento uma expectativa salvadora para a economia local.

Sobre o planejamento estratégico, uma de suas maiores frustrações é deparar com palavras do tipo “definir objetivos”, “definição de estratégias” e “mercado de lugar”, como se tratasse de um processo perfeitamente racional e auto-explicativo. Na verdade, é inegável que o planejamento estratégico produz um retorno econômico considerável para a localidade que o emprega, trazendo, a reboque, a ascensão política do mediador. Também, são inegáveis, os problemas que a localidade enfrenta quando é aplicado este planejamento. No mundo globalizado, não podemos esquecer as mudanças que vêm acontecendo no processo de planejamento, mas devemos olhá-las com um olhar crítico, procurando aproveitar o melhor que elas oferecem para as comunidades envolvidas neste processo.

Hall (2001, p.142) conclui que o planejamento estratégico corroborado com a construção de um conjunto integrado de metas, objetivos e ações é de extrema importância, desde que associados aos interesses locais, ou seja, direcionado as partes mais interessadas. Portanto, a população deverá ser o fio condutor, que as autoridades locais deverão seguir, quanto ao procedimento de tomada de decisão, mas em muitos casos tal não acontece.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE REQUALIFICAÇÃO PARA O RIO DE JANEIRO

Em meados do século XX, o conceito de “renovação urbana” é posto em prática pelos ideais modernistas que permitiu a emergência e/ou desenvolvimento de centros modernizados, adensados e verticalizados (VAZ, 2004, p.34). No final do mesmo

século, o questionamento a essa intervenção de reconstrução física das cidades, além de uma reconstrução moral e social, vem em forma de crítica quanto às limitações desse movimento diante de um mundo globalizado que se formara, onde as relações sociais e econômicas estavam sendo alteradas (FRIDMAN; SIQUEIRA, 2003, p.23).

O Brasil durante os anos 1930 a 1945, na chamada Era Vargas, presenciou uma modernização administrativa e investimentos em infra-estrutura, que prepararam o país para a passagem de uma economia agrária para uma economia industrial, e a cidade do Rio de Janeiro, por ser sua capital, serviu de cenário para a aplicação dos ideais modernistas, acompanhando assim as idéias econômicas em voga, que foram bem aceitas na cidade, sendo patrocinadas pelo governo, resultando em algumas propostas de obras. O modelo de modernidade planejada influenciará decisivamente na aparência da cidade, bem como nos programas sociais por toda a segunda metade do século XX (FRIDMAN; SIQUEIRA, 2003, p.24).

Da Era Vargas até a redemocratização pós-1984, de acordo com Fridman e Siqueira (2003, p.24), a cidade do Rio de Janeiro viu florescer várias obras ou, ainda, projetos de intervenção, visando regular uma sociedade desigual do terceiro mundo e, concomitantemente, adequá-la a economia local que se formava, ou seja, às necessidades de uma economia capitalista, a qual o Brasil se conectava. A cidade estava sob o efeito da globalização recente, e viu-se impelida a se reorganizar para poder enfrentar as novas propostas de produção, distribuição e consumo. Essa preparação do Rio de Janeiro para a economia global faz ressurgir, agora em “terrenos” de terceiro mundo, um tipo de planejamento bastante em voga nos países desenvolvidos: o planejamento estratégico, que encontra na cidade do Rio de Janeiro um solo fértil para suas propostas.

As origens da fase atual das políticas públicas de requalificação do Rio de Janeiro devem ser buscadas nas mudanças gerenciais ocorridas no início dos anos 90 (MAGALHÃES, 2001). Porém, foi nas administrações de César Maia (1993-1996) que as políticas públicas de requalificação tiveram maior ênfase no espaço público. Segundo Fridman e Siqueira (2003, p.26), essa administração elaborou, através de uma equipe técnica contratada externamente, seus planos de ações baseadas no planejamento estratégico em voga, tendo como escopo transformar o Rio de Janeiro em uma cidade produtiva e competitiva.

3. TRÊS MOMENTOS DE INTERVENÇÕES LOCAIS E ALGUMAS DE SUAS CONSEQUÊNCIAS

A primeira gestão de César Maia aconteceu entre os anos de 1993 – 1996, sua administração teve como proposta a descentralização administrativa. Esta, segundo Magalhães (2001), tinha como alocação permitir ações de intervenção física mais distribuídas pela cidade, garantindo maior controle das atividades ocorridas em cada espaço. Esse novo enfoque que se formara serviria como pano de fundo para o desenvolvimento de ações de requalificação, mais precisamente no centro da cidade. Tais projetos tiveram como único propósito o chamado “*city marketing*”, que propôs projetos com nomes que acentuassem imagens “positivas” para cidade como, Favela-Bairro e Rio-Cidade.

A diretriz adotada pelo então prefeito do Rio de Janeiro, de aliar as intervenções físicas na cidade ao controle urbano, foi inspirada nas ações do prefeito de Nova Iorque, Rudolph Giuliani, que viu nesse tipo de ação intervencionista uma forma de controlar a criminalidade do espaço urbano naquela cidade. De acordo com Magalhães (2001), em

1995, César Maia chegou a propor a leitura das estratégias de valorização do espaço público do prefeito nova-iorquino aos seus colaboradores.

Ainda em seu primeiro mandato, o prefeito César Maia elaborou o Plano Estratégico para a cidade do Rio de Janeiro com a contratação de uma empresa catalã Tecnologias Urbanas Barcelona S.A. (TUBSA), que sugeriu intervenções urbanísticas articuladas à modernização da infra-estrutura necessária à renovação da base econômica, ou seja, uma renovação econômica fundada na concorrência entre cidades pela atração de empresas e capitais. Vale salientar que tal plano foi instaurado para angariar apenas o lucro, visando à implementação de ações intervencionistas, sem priorizar a população local, maiores detentoras da identidade, além de ser a principal receptora dos frutos desse processo.

A redução da intervenção estatal em alguns setores da economia globalizada provocou uma revisão de algumas destas atribuições. No caso dos Planos Diretores, que até recentemente eram vistos como necessários à boa ordenação das cidades, estes foram colocados na “gaveta” após a elaboração do Plano Estratégico. A cidade agora não é mais vista como um todo, mas como um “mosaico” de inúmeros projetos vendidos como o método mais eficiente de intervenção. Esse método torna-se comum a cada local, fazendo com que haja um nivelamento cultural, ou seja, um “dépà-vu” imbricado em cada paisagem. As ações, então, não surgem do próprio espaço urbano, levando em consideração a singularismo evidenciado no local, mas “caem de pára-quedas” como a verdade absoluta a ser seguida.

Assim, as propostas de requalificação da primeira administração de César Maia vêm sendo executadas no espaço urbano carioca sob a égide de um Plano Estratégico. As intervenções posteriores, analisadas em um segundo momento, também decorrerão

da mesma forma, conectado com uma outra temática: o turismo. Este aparecerá, agora, como um dos motores para a aplicação dessas ações, e por esta atuação será penalizado nas literaturas especializadas.

Diante das inúmeras intervenções proporcionadas pelos três mandatos conferidos a César Maia, começaremos pela mais antiga delas o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, com o intuito de enfocar, sobretudo, o papel do poder público para obter êxito na aplicação das políticas de requalificação, bem como avaliar as conseqüências dessas ações no tripé: social, espacial e econômico.



FIGURA 1 - Localização do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, imagem adaptada pela autora.

Fonte: ARCURI, Amanda Clara. Acesso em: 12 dez. 2006



FIGURA 2 - Vista do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas.

Fonte:
<http://www.rio.rj.gov.br/riotur/pt/atracao/?CodAtr=3904>.
Acesso em: 12 out. 2006

No segundo mandato de César Maia (2000-2004), teve início o projeto de intervenção na Feira de São Cristóvão, com sua transferência para o pavilhão ao lado (FIG. 1). Essa feira se originou no final da década de 40, com a chegada dos migrantes nordestinos à cidade do Rio de Janeiro. Atraídos pela criação da estrada Rio-Bahia, esses migrantes desembarcavam na cidade em busca de trabalho nas fábricas ou na

construção. Devido à longa e cansativa viagem, eles passam a esperar seus parentes regados de comida e viola na linha terminal da cidade, São Cristóvão. Os que chegavam à cidade traziam consigo encomendas dos que ficaram em sua terra natal, estabelecendo assim um sistema de trocas e vendas. Nascia, assim, a Feira dos Nordestinos, popularmente conhecida como Feira de São Cristóvão.

A construção do pavilhão de exposição aconteceu no final dos anos 50, projetado para abrigar a Exposição Internacional da Indústria e do Comércio de 1958, o projeto arrojado de autoria do renomado arquiteto Sergio Bernardes, substituía, definitivamente, as arquibancadas em ferraria trabalhada. Em seu interior eram realizados vários eventos do calendário carioca, como as comemorações do IV Centenário da Cidade, mostras comerciais e eventos culturais.

Em setembro do ano de 2003, o Pavilhão de São Cristóvão passa a se chamar Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas (FIG. 2), abrigando a antiga feira que acontecia em suas redondezas. A prefeitura resolveu, então, “organizar” tal feira, baseando-se nas formas de controle do espaço público no intuito de evitar “desordens”. A feira, então, sai de seu local de origem, que possuía, ainda, suas características peculiares, para se enclausurar, sob medida, em um espaço voltado a uma lógica tecnocrática.



FIGURA 3 - Imagem comparativa do pavilhão antes e depois de virar o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, adaptada pela autora.

Fonte: <http://www.feiradesaocristovao.com.br/>. Acesso em: 12 out. 2006

Esse fato faz alusão a uma tendência, tão disseminada pelo mundo, de privatização das vivências cotidianas, ou seja, uma tendência de enclausuramento espacial e social, em que as pessoas se restringem, cada vez mais, a espaços voltados para si mesmo: “espaços privatizados”.

Com a mudança para o pavilhão, segundo Cardoso (2005), surgem, ao mesmo tempo, novos estabelecimentos e equipamentos não pertencentes na antiga feira que acontecia às redondezas do pavilhão (FIG. 3).

As raízes culturais, as danças que aconteciam de modo espontâneo, assim como os artigos artesanais, convivem agora, ou ainda tentam sobreviver, com a modernidade dos espaços, que trás consigo seus produtos industrializados que se confundem na nova temática sertaneja. As barracas foram substituídas por caixas organizadas no mais estilo

shopping center, com seus *malls*, praças, agência bancária, lotérica, posto médico, restaurantes (que se confrontam com pequenos comércios) e lojas de moda.

No interior do pavilhão, sem cobertura, durante o dia, o sol incide fortemente no local, onde o calor aumenta consideravelmente devido a pouca ventilação. As ruas se dividem por nomes de estados nordestinos, artistas e personagens da região. Os *boxes* maiores chegam a dois metros de largura por três de profundidade, tendo alguns uma pequena copa. Assim, a feira segue seu rumo, transformando-se gradativamente em um negócio também para turistas e visitantes, como um verdadeiro parque temático para deleite dos curiosos.

O que deve ser ressaltado na experiência do “Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas” é o aparecimento de um *mix* de produtos, tanto ligados à identidade nordestina, quanto outros que expressam valores diferentes. Isto foi uma das conseqüências da política pública de requalificação implantada para aquele espaço. Quando a feira se concentrava nas redondezas do pavilhão, os valores sociais eram prioritariamente constituídos no contato pessoal na esfera pública. Nesta nova fase, estes valores ou continuaram ou foram acrescentados novos, gerados por outras relações depois da mudança para o pavilhão.

Neste caso a produção cultural se confundiu com o consumo de mega-eventos oferecidos a moldes globais. Tais tipos de eventos são cada vez mais encontrados em políticas públicas mediadas por César Maia, sendo estimulados pela tendência de privatizar os eventos culturais originalmente públicos.

O enclausuramento em que a feira se encontra, o qual é corroborado pela configuração espacial que o pavilhão possui, destacado por Cardoso (2005) como uma feira intramuros (caracterizada pela higiene, organização, estética e segurança),

contraria a idéia original da feira, que acontecia livremente em seu entorno. Perdeu-se, então, uma parte da autenticidade e do sentido de pertencimento da e à mesma, na medida em que novos atores sociais vieram a interferir no comércio e no uso deste espaço.



FIGURA 4 - Cidade das Crianças Leonel Brizola em amarelo, final da av. Brasil e começo da Rio-Santos. Imagem adaptada pela autora.

Fonte: <http://maps.google.com/maps?t=h&ll=-22.900213,-43.697433&spn=0.101837,0.154495&t=h>. Acesso em: 12 dez. 2006



FIGURA 5 - Vista da Cidade das Crianças Leonel Brizola.

Fonte: http://obras.rio.rj.gov.br/index.cfm?sqncl_publicacao=303. Acesso em: 12 out. 2006

Ainda no segundo mandato de César Maia, ocorreu um outro projeto de intervenção no espaço público da cidade do Rio de Janeiro: a construção da Cidade das Crianças Leonel Brizola (FIG. 3), considerada como o maior parque público municipal do Estado. Localizada no Km1 da BR-101 (Rio-Santos), em Santa Cruz, sendo investidos R\$ 28.908.300,12 em sua construção e implantação, e mais R\$ 4.595.504,10 na construção do acesso ao local (FIG. 4 e 5).

A construção foi iniciada no final de novembro de 2002 e concluída em agosto de 2004, tendo seu projeto desenvolvido pela Secretaria de Esportes e Lazer, e como

autor o arquiteto Paulo Casé, que elaborou outros projetos na cidade como, o Rio Cidade Bangu e o Parque das Vizinhanças Dias Gomes, em Deodoro.

A Cidade das Crianças possui uma área de 186 mil metros quadrados, construída em um terreno plano com apenas duas pequenas elevações. O parque é composto por três ambientes (setor A, setor B e setor C) interligados através de vias de pedestres, ciclovias e teleféricos (FIG. 6). O setor A (Cidade/Cultura) consta de ruas, praças, píer, estação do bondinho, quiosques e lojas, praça de alimentação, teleférico, parque de diversão, dancing water, teatro com 300 lugares, ilhas temáticas, chafariz, Museu da Criança, biblioteca e teatro de marionetes. No setor B (Esportes) encontram-se quadras poliesportivas, campo de futebol soçaita, quadra de tênis, pista de skate, anfiteatro, muro de escalada, piscinas (adulto e infantil), deck e solário. E finalmente, o setor C (Campo) é composto por um lago, atividades de pesca, pedalinhos, área gramada para pic-nic, áreas de churrasqueiras, brinquedos temáticos, sítio com moinho, pomar, horta, viveiro de pássaros, estufa, açude, passeio de charrete e a cavalo.



FIGURA 6 - Vista do teleférico e da quadra poliesportiva, imagem adaptada pela autora.

Fonte: http://obras.rio.rj.gov.br/index.cfm?sqncl_publicacao=303. Acesso em: 12 out. 2006.

A experiência da criação do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas apresenta-se, em parte, como contraponto à da Cidade das Crianças Leonel Brizola, principalmente no que diz respeito à localização desses equipamentos de forma articulada com a vida da cidade. Ao contrário da primeira obra (com todos os problemas citados acima), a Cidade das Crianças foi completamente construída do zero, ou seja, não partiu de um projeto de recuperação da área; e a sua localização encontra-se uma tanto distante da vida da cidade, dificultando o acesso fácil da população ao equipamento. No entanto, o que mais contrasta com o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas é a dinâmica de uso. A ênfase comercial da primeira obra implica em usos diurnos e noturnos, enquanto o foco de diversão dado à Cidade das Crianças

implica em um uso, praticamente, pela manhã e à tarde, tendo um esvaziamento à noite, devido a sua localização.

Esta questão da localização do parque é enfatizada pelo ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde: “Ninguém pode ser contra um parque infantil na Zona Oeste, mas mais uma vez, a localização é um problema grave para a cidade das Crianças. Com tantas áreas vazias no coração daquela região, servidas de trem e ônibus, por que construir este parque na fronteira com Itaguaí, originalmente vocacionada para a atividade industrial? Ali onde está, a Cidade das Crianças só pode atender à rede escolar se houver despesas com contratação de transporte exclusivo e às famílias que tiverem carro” (CONDE, 2005).

Apesar de diferenças surgidas nas duas obras construídas no mesmo mandato de César Maia, elas apresentarão semelhanças, e apontarão características que perdurarão nos demais projetos de requalificação criados a posteriores: o controle social, sensorialmente notado pelas fronteiras de demarcações que são implantadas por cada equipamento como, muros, grades, etc. Além disso, outra fronteira surge, como é o caso do próprio distanciamento desses equipamentos à vida da cidade, onde acontecem às trocas de informações, evidenciando o convívio social. Uma outra situação de demarcação espacial é o caso da “temática” que vem nascendo e que envolve cada equipamento, ou seja, a criação de nomes sugestivos que evidenciam a segregação do espaço como se fossem “cidades dentro de outras cidades”: Cidade das Crianças, Cidade da Música, Cidade do Samba, e agora, Cidade do Sexo e Cidade do Cinema.

Estão sendo criados verdadeiros shoppings centers temáticos, especializados em vender fantasias, simulacros do real, difundidos por políticas públicas de requalificação voltadas apenas para atração, para o lazer e, às vezes, para o turismo. Segundo Peres e

Melo (2006), desligados dos contratos do estado social, a população sente-se apenas um usuário da cidade, se descomprometendo com os problemas urbanos em geral.



FIGURA 7 - Localização da Cidade do Samba.

Fonte: ARCURI, Amanda Clara. Acesso em: 12 dez. 2006



FIGURA 8 - Vista da volumetria da Cidade do Samba.

Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/riotur/pt/pagina/?Canal=343>. Acesso em: 12 out. 2006

A Cidade do Samba foi iniciada ainda no segundo mandato do prefeito César Maia, em agosto de 2003, e entregue aos dirigentes das agremiações nos dias 17 e 18 de setembro de 2005, já no terceiro mandato do mesmo prefeito. Ela se encontra localizada no coração do bairro da Gamboa, entre o Morro do Pinto e a Av. Rodrigues Alves, compreendida também pelos bairros Saúde e Santo Cristo. A Cidade do Samba é parte integrante do projeto de recuperação e revitalização do Cais do Porto, tendo sido o seu terreno adquirido à Rede Ferroviária Federal (FIG. 7 e 8). Conta-se que nesta região foram formadas as primeiras rodas de samba e capoeira do Rio de Janeiro.

No século XVIII, segundo Vieira (2006), os bairros em que hoje comportam a Cidade do Samba abrigavam um mercado denominado de Valongo, onde seus resquícios ainda são encontrados no alto da ladeira que recebe o mesmo nome, na Rua

Sacadura Cabral, próximo à Praça Mauá. Nessa região, os escravos se instalavam para se recuperarem da longa viagem que faziam, onde eram engordados com o propósito de serem submetidos à venda.

Em 1770, de acordo com Vieira (2006), o Marquês de Lavradio resolve transferir o mercado de escravos para o Valongo, uma região ocupada até então por chácaras e hortas. A mudança estimulou uma série de atividades como a criação de armazéns, trapiches e manufaturas. As diversas obras para a construção do cais do porto alteraram o traçado daquela parte do litoral, encobrindo até certos pontos importantes como, a pedra do sal. Este local era onde os escravos esculpíam degraus para transportar as sacas de sal. No início do século XX, naquela mesma pedra, Donga, João Baiana e outros precursores do samba se reuniam para cantar e dançar.

Partindo desse breve histórico, a Cidade do Samba, finca seus alicerces em uma área de 72 mil metros quadrados, cuja distribuição encontra-se em um terreno de 92 mil metros quadrados (FIGURA 9).



FIGURA 9 - Imagem comparativa da Cidade do Samba durante a construção e depois, adaptada pela autora.

Fonte: http://www.obras.rio.rj.gov.br/index.cfm?sqncl_publicacao=413. Acesso em: 12 out. 2006

O projeto arquitetônico foi elaborado por Vitor Wanderley e João Uchoa, onde a sua concepção baseou-se em dois conceitos: o primeiro teve como objetivo fazer alusão à arquitetura dos armazéns do cais do porto, bem como aos barracões das antigas oficinas de trem localizadas no terreno; e o segundo conceito seria a soma da indústria do carnaval a indústria do turismo e do lazer.

O prefeito César Maia definiu o projeto como uma espécie de “parque temático do samba”, e o presidente da Liga Independente das Escolas de Samba, Ailton Guimarães, como a “Disney do carnaval”. De fato, não é de tamanho exagero tais afirmações, pois se trata de uma estrutura que busca justamente tais perfis, quando se compromete em gerar rendas através dos eventos que serão proporcionados, aumentando como isso à atração turística e de visitantes no local.

Os turistas encontram, ao desembarcarem naquela proximidade, um espaço que tem como objetivo principal à produção do carnaval e fazer com que essa produção seja visitada por eles. No site do próprio prefeito, César Maia comenta que na Zona Portuária chegam a desembarcar cerca de 120 mil turistas por ano em navios e que, segundo ele, certamente irão visitar este local (CÉSAR MAIA, 2003). Na verdade, o mais importante é que a Cidade do Samba foi situada em uma posição estratégica: de frente para o mar, ou seja, para onde os turistas chegam, facilitando assim seu acesso.

A experiência da Cidade do Samba coaduna-se com as idéias dos projetos anteriormente analisados, dando continuidade à tendência de equipamentos enclausurados. Mas, em termos de acesso à população, como a cidade das crianças, deixa a desejar, o que é bastante curioso pelo fato de sua composição procurar ser também um centro cultural para os cariocas. Em todo caso, a questão da dificuldade de acesso, nesses dois equipamentos, se contrapõe com Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas que é, em termos de transporte, consideravelmente, bem servido. Segundo Melo Alves (apud, PERES e MELO, 2006), não adianta a cidade se encher de equipamentos públicos se as pessoas não são estimuladas a frequentá-los. O problema do difícil acesso não deixa de ser uma barreira de demarcação do espaço, a que bem se presta a um processo de controle social. A própria concepção arquitetônica da Cidade do Samba permite certa sensação de impedimento, ou seja, faz com que haja um isolamento do local mediante ao enclausuramento em que sua forma linear fechada se propõe.

Um outro fator observado nos projetos de requalificação aqui analisados é sua monumentalidade que faz questão de ser notada e intensificada. As paredes cegas da Cidade do Samba remetem a uma sensação de impedimento, ou melhor, de entrada

proibida ou limitada ao local. O estabelecimento, portanto, parece contrastar com seu entorno, pois não existe comunicação do mesmo com a vida do bairro, o que contribui para um fator de inibição em relação a sua visitação, principalmente, para os próprios moradores (do local e da cidade). O fluxo de veículo, nas redondezas da Cidade do Samba, também pode ser citado como uma forma de controle social. Isso acontece quando a Avenida de maior fluxo não possui acesso direto ao empreendimento, sendo, portanto, necessário fazer retornos e curvas até chegar a sua entrada. Além disso, ao fluxo pedonal, não é oferecido segurança de continuidade até a chegada da Cidade. Suas calçadas são estreitas e contrastam com os muros altos que delimitam toda a área, obrigando os pedestres a fazerem um outro percurso, e gerando uma sensação de insegurança e medo do local.

A questão da localização e concepção arquitetônica da Cidade do Samba é, também, enfatizada pelo ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, que comenta esse assunto da seguinte forma: “Existem áreas vazias ou subutilizadas próximos ao sambódromo e servidas de trem, metrô e ônibus e que facilitariam tanto o acesso do público quanto o deslocamento dos carros alegóricos das escolas de samba. Mas optou-se por construir o projeto na Enseada da Gamboa, área já destinada a um grande projeto habitacional que fazia parte de um programa de incentivo à recuperação de vazios urbanos, iniciado na minha gestão como prefeito. Por que abrir mão de um projeto já pronto e lançado, com interessados em comprar os apartamentos já inscritos?” (CONDE, 2005).

Como já visto, a Cidade do Samba, bem como as outras intervenções analisadas anteriormente, possuem peculiaridades quanto às políticas públicas de requalificação

instauradas nos três mandatos de César Maia. Estas peculiaridades serão sentidas também no último projeto a ser analisado: os Quiosques da Orla.



FIGURA 10 - Localização dos Quiosques – do Leme à Prainha, imagem adaptada pela autora.

Fonte: <http://maps.google.co.uk/maps?f=q&hl=en&q=Rio+de+Janeiro&ie=UTF8&z=11&ll=-23.01086,-43.349304&spn=0.182651,0.532837&t=k&om=0>. Acesso em: 12 dez. 2006

Já no terceiro mandato de César Maia (2004-2007), deu-se, no início do segundo semestre deste ano (2006), a inauguração - em frente ao Hotel Copacabana Palace - de dois dos 309 novos quiosques previstos para a orla carioca. Eles serão dispostos do Leme até a Prainha (Zona Oeste do Rio), onde toda a sua estrutura custou R\$ 1,3 milhão à empresa Orla Rio, a qual ganhou sua concessão por 20 anos (FIG. 10).



FIGURA 11 - Detalhe dos quiosques da orla do Leme e Copacabana, imagem adaptada pela autora.

Fonte: http://www.orlario.com.br/index_site_html.htm. Acesso em: 12 out. 2006

Às vésperas da inauguração desses dois quiosques, ouviram-se, ainda, de alguns grupos de donos dos mesmos, reclamações sobre a reforma. Eles não concordavam com as cláusulas do contrato em que uma delas prevê um repasse de 10% do faturamento para a empresa Orla Rio. Neste caso, os quiosqueiros acabavam ficando na eminência de perder seu comércio pelo não cumprimento dessas condições. Porém, o vice-presidente da Orla Rio, João Marcello, informava naquela época, que seriam dadas prioridades aos comerciantes que já trabalhavam na praia, onde quem quisesse fazer parte do negócio poderia arrendar o seu quiosque (IVT, 2005).

O arquiteto responsável pelo projeto foi Luis Fernando Índio da Costa, da Índio da Costa Arquitetura e Design. O projeto prevê para a praia do *Leme e Copacabana*, em determinados trechos da faixa de areia, a implantação de decks de fibra, no mesmo lugar

onde se encontram os atuais quiosques (FIG. 11). Sob essa estrutura serão instalados banheiros, dotados de chuveiros de água quente e fria, além de depósitos para o acondicionamento de mercadorias, bem como o fornecimento de toda a infra-estrutura de apoio como caixas d'água, bombas e máquinas de gelo.

O projeto dos quiosques do *Arpoador, Ipanema e Leblon* (FIG. 12) prevê a instalação dos novos quiosques sobre as plataformas existentes atualmente, onde terão seus banheiros e depósitos construídos sob o calçadão e a ciclovia. A única diferenciação no projeto será no Mirante da Niemeyer, em virtude do substrato do local – a pedra.

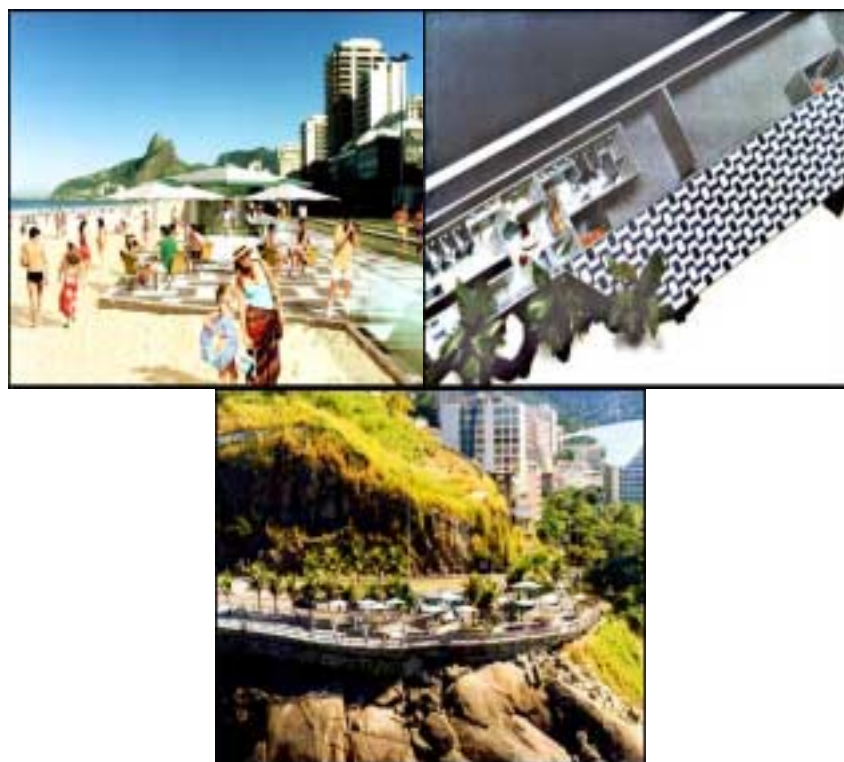


FIGURA 12 - Detalhe dos quiosques da orla do Arpoador, Ipanema e Leblon, imagem adaptada pela autora.

Fonte: http://www.orlario.com.br/index_site_html.htm. Acesso em: 12 out. 2006

As praias de São Conrado, da Barra e do Recreio (FIG. 13) também ganharam um projeto para seus quiosques. No caso da praia de *São Conrado* os decks se projetarão sobre as areias, onde terão os banheiros e os depósitos de apoio aos

quiosques sob o calçadão. Nas praias da *Barra e Recreio* serão construídos dois quiosques de plataforma, e os banheiros e depósitos, também, dispostos sob o calçadão.



FIGURA 13 - Detalhe dos quiosques da orla de São Conrado, Barra e Recreio.

Fonte: http://www.orlario.com.br/index_site_html.htm. Acesso em: 12 out. 2006

A Praia da *Prainha* (FIG. 14), também, receberá intervenção. O projeto não prevê a construção de áreas subterrâneas, sendo que os decks serão totalmente recompostos, assim como instalados banheiros localizados na área de estacionamento de carro (Orla Rio, 2001).



FIGURA 14 -Detalhe dos quiosques da orla da Prainha, imagem adaptada pela autora.

Fonte: http://www.orlario.com.br/index_site_html.htm. Acesso em: 12 out. 2006

Ainda segundo o site oficial da Orla Rio, serão implantados em todos os quiosques novos profissionais como, garçons e caixas. O projeto contará com serviços e produtos de “marcas líderes” trazidas por diversas cadeias de fast-food; com restaurantes temáticos, além das escolas de samba e clubes de futebol terem suas embaixadas; com serviços destinados aos turistas, através de um pessoal treinado e multilingüe; e com serviços de correios, loterias e pagamento de contas, compras de ingressos e artigos de conveniências, entre outras coisas. Portanto, não há dúvida de que será um mega-projeto, onde segundo o presidente da Orla Rio, João Barreto, “Seremos a maior rede de alimentação a céu aberto do mundo” (GOLDBERG, 1999).

Hoje em dia as praias do Rio de Janeiro ainda são uma boa opção de lazer para a maioria da população, suas areias estão sempre abertas aos banhistas de todas as classes sociais. Pessoas que moram distante das praias vão a elas sem qualquer problema, ainda

que pesem os gastos dos transportes para levar toda a família. Porém, apesar de toda essa abertura, as pessoas de classe social mais baixa, nem sempre tiveram um bom acolhimento na Zona Sul.

Segundo Prieto e Chaves (2005), As praias de Copacabana, Ipanema e Barra da Tijuca são tratadas tradicionalmente pela burguesia carioca com zelo comparável a de um quintal de sua casa, ou um anexo de seu condomínio. Muitos trabalhadores expõem-se ao sol e caminham vários quilômetros nas areias das praias para venderem seus produtos aos turistas e também aos cariocas. Alguns deles possuem até pontos fixos, onde vendem bebidas e petiscos, outros ainda alugam cadeiras, mas todos nunca perderam a condição de ambulantes. Condição esta sempre lembrada pela prefeitura com os guardas municipais, que fazem o chamado “rapa” em suas mercadorias, caso não possuam licença para trabalhar. Soma-se a isso a existência de quiosques, que possuem seus preços elevados em relação aos chamados barraqueiros, o que já provoca a divisão de clientela.

Não só os barraqueiros sofrem com as intervenções da prefeitura no espaço público, agora é a vez dos quiosqueiros se incluírem no processo de requalificação da orla carioca, uma espécie de extensão das políticas públicas que vêm sendo aplicadas paulatinamente durante os mandatos de César Maia, uma espécie de privatização do espaço público, gerando uma divisão social dos territórios da praia. De acordo com Prieto e Chaves (2005), com a chegada da nova estrutura dos quiosques, os custos para os atuais proprietários se manterem na orla serão altos, sobrando a eles três opções: arrendar (haja vista anteriormente), adquirir franquia de alguma rede de lojas e comprar o novo quiosque – cerca de R\$ 1,5 milhão. A localidade escolhida para a apresentação do protótipo dos novos quiosques foi a praia de Copacabana, famosa pelos turistas do

mundo todo. Nos arredores da obra foram colocadas fortes propagandas dos novos quiosques, que tinha como pano de fundo a necessidade de uma remodelação em virtude dos jogos Pan-americanos em 2007, que ocasionará um contingente de turistas e atletas na cidade.

O projeto dos quiosques foi alvo de várias denúncias, onde o meio de embargo da obra foi à alegação de falta de um Estudo de Impacto ambiental na área. A juíza Maria Alice Lyard, da 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro, fez com que suspendesse a obra alegando que a mesma ofenderia os valores ambientais da comunidade. Porém as obras voltaram a todo vapor em virtude do recurso entrado pelos advogados da empresa Orla Rio, com o discurso do acontecimento dos jogos do Pan (PRIETO; CHAVES, 2005).

A ação de “privatização das praias” é enfatizada por Prieto e Chaves (2005) quando retrata o questionamento do quiosqueiro Aristeu de Oliveira Barbosa, que trabalha há vinte anos em Copacabana, na altura da Rua Bolívar: “Eles querem privatizar um espaço público por conta dessa política de pegar o que é público e vender para as” “pessoas”. “E a prefeitura vem bancando, não porque é bom para cidade, mas [...] para financiar campanha para o ano que vem”.

Apesar de não se prever a colocação de cercas ou um outro tipo de barreira visual, a demarcação do espaço é feita de outra maneira, ou seja, através do produto consumido e de seu preço (consumo do lugar), agregado a forma de apropriação e de uso do espaço imediato do quiosque (acesso ao uso).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir destas análises, feitas em quatro equipamentos, foi possível observar como tais locais foram alvos de altos investimentos municipais durante os três mandatos do prefeito César Maia, sempre justificados pelos desafios que a globalização colocaria para a cidade do Rio de Janeiro. A partir deste discurso de globalização, as políticas públicas de requalificação, adotadas nos seguintes mandatos, tenderam a assumir uma postura de enobrecimento dos lugares, trazendo consigo conseqüências positivas e negativas. Soma-se a isso a inserção do turismo que agora se torna um meio, apenas, para obtenção de lucro, onde este objetivo transforma os lugares em meros parques temáticos, nivelando a atração, sem levar em conta a originalidade, a inserção social e o desenvolvimento sustentável.

Obviamente, as análises aqui apresentadas não se esgotam em si mesmas, pelo fato delas não serem os únicos casos de intervenção no espaço público ocorrido nesses três mandatos, assim como podem não ser classificadas como as mais importantes obras de requalificação, mas podem, perfeitamente, retratar as características adotadas por essas políticas, até por que elas vêm se repetindo a cada intervenção. Estes quatro exemplos foram escolhidos, justamente, pelo fato de serem equipamentos que responderiam a seguinte pergunta: quais as conseqüências que essas políticas públicas de requalificação trouxeram para a cidade em questão?

Com o intuito de responder tal questionamento, sentiu-se a necessidade de criação de um quadro sinóptico, o qual procura elucidar as conseqüências sociais, espaciais e econômicas trazidas para a cidade do Rio de Janeiro por este processo de intervenção, bem como seus aspectos positivos e negativos, alcançando assim o escopo proposto pelo trabalho.

QUADRO 1

Resumo das conseqüências sociais, físico-espaciais e econômicas dos quatro projetos analisados.

QUADRO SINÓPTICO						
	Conseqüências Sociais		Conseqüências Físico-espaciais		Conseqüências Econômicas	
	Positivas	Negativas	Positivas	Negativas	Positivas	Negativas
CLGNT	Reorganização da rede social	Excessivo Controle do espaço público	Modernização dos espaços	Privatização do espaço público, enclausuramento e monumentalidade.	Atração dos turistas e visitantes. Geração de empregos.	Saída de alguns barraqueiros, perda de empregos.
Cidade das Crianças	Veio a suprir demandas de lazer	Dificulta a utilização por elementos de baixa renda	Criação de um novo equipamento em área carente	Dificuldade de acesso à população local. Enclausuramento e monumentalidade.	Geração de empregos.	Custo alto de manutenção, sem reservas próprias.
Cidade do Samba	Atendimento da demanda do setor de produção do carnaval	Atende apenas a quem trabalha ali e aos turistas. Excessivo Controle do espaço	Criação de um novo equipamento em área carente	Enclausuramento e monumentalidade.	Atração dos turistas e visitantes. Geração de empregos	Pouca participação da população local no usufruto dos recursos auferidos pelo lugar.
Quiosques da Orla	II	Dificulta a utilização por elementos de baixa renda	Melhoria da qualidade dos locais (estética e higiene)	“Privatização” do espaço público e monumentalidade (escala de utilização).	Atração, prioritária, dos Turistas, não excluindo os visitantes e moradores.	Dificuldade econômica de uso do local para todos os grupos sociais.

Fonte: MARQUES, Andrezza.

As conseqüências sociais positivas nos quatro projetos supracitados coincidem em alguns e se diferem em outros. No que diz respeito à reorganização da rede social, essa conseqüência, encontrada no CLGTN, deu-se em virtude da inserção de novos atores e, conseqüentemente, de novos valores sociais nos espaços requalificados. A Cidade das Crianças, no entanto, tem como conseqüência social positiva o fato de ser uma forma de suprir a demanda de lazer na cidade. Já na Cidade do Samba, bem como

nos Quiosques da Orla, tais conseqüências se deram em virtude de procurarem atender ao setor de produção. No entanto, alguns projetos, ao incentivarem a visitaç o ao local, procuraram, de uma certa forma, controlar o espaço dito “p blico” cada um a sua maneira. Esse “controle”   destacado aqui como uma conseq ncia social negativa, ocasionado por uma s rie de fatores: a necessidade de organiza o, procurando evitar desordem, como aconteceu no CLGNT; a dificuldade de utiliza o por elementos de baixa renda no empreendimento (Cidade das Crianças e Quiosque da Orla); a pr pria concep o arquitet nica que permite certa sensa o de impedimento, ou seja, faz com que haja um isolamento do local mediante ao enclausuramento, em que sua forma fechada se prop e (CLGNTN, Cidade das Crianças e Cidade do Samba); ou at  por um outro tipo de barreira visual, demarcando o espaço de uma outra forma, atrav s do produto consumido, de seu preço, da forma de apropria o e de uso do espaço (Quiosque da Orla).

A moderniza o dos espaços, encontrada no CLGNTN, foi considerada como uma *conseq ncia f sico-espacial* positiva, pois atrav s dela permitiu-se uma reorganiza o da rede social naquele local, reunindo diferentes atores. Na Cidade das Crianças e na Cidade do Samba, a cria o de novos equipamentos nas  reas carentes foi considerada como uma conseq ncia f sico-espacial positiva. J  as conseq ncias negativas est o exemplificadas na privatiza o do espaço p blico, observada em alguns projetos (CLGNTN e Quiosques); no enclausuramento (CLGNTN, Cidade das Crianças e Cidade do Samba); e na monumentalidade, esta aplicada nos quatro projetos aqui analisados.

A ultima *conseq ncia* analisada trata-se da *econ mica*, considerada como positiva quando relacionada ao termo atra o   visita o. No caso do CLGNTN, da Cidade do Samba e dos Quiosques da orla, a atra o se deu pela associa o de

diferentes atores: turistas e visitantes. O mesmo não ocorreu com a Cidade das Crianças, que apesar de ser aberta ao público em geral, caracterizou-se, principalmente, pela atração de visitantes. Às conseqüências econômicas negativas foram destacadas: a saída de alguns barraqueiros, contribuindo para a perda de seus empregos (CLGTN); o custo alto de manutenção, sem reservas próprias (Cidade das Crianças); e as dificuldades de acesso à população local em alguns desses empreendimentos, principalmente na Cidade das Crianças e na Cidade do Samba (não percebido no CLGTN), e de uso e consumo nos Quiosques da Orla.

A análise dessas conseqüências remete a necessidade das políticas públicas de requalificação começarem a pensar que o enobrecimento trazido por esse processo poderá gerar não só conseqüências positivas ao local como também negativas, ocasionando impactos sensíveis, principalmente, a população local, que é a receptora de seus frutos.

Neste sentido, como bem afirma Hamilton Faria, as políticas públicas voltadas à cultura deverão ter como caráter de urgência, o estímulo ao debate, às vivências sobre valores e paradigmas, os comportamentos e sociabilidades urbanas, ou seja, devem ter seus caminhos construídos no desenvolvimento humano e de uma cultura que tenha direito à vida em todas as suas manifestações (FARIA apud PERES; MELO, 2006).

A cultura local é o real agente diferenciador do espaço, sendo a teia que agrega a tradição, leva a população a uma identificação natural ao seu meio e traz uma idéia do inusitado. Não se podem abandonar os valores identitários, nem leis fundamentais ao bem estar ambiental e da população, mas buscar o desenvolvimento ético, e inserir esses valores como estandartes e não como meros instrumentos de absorção de idéias traçadas pelo capital.

É certo que o ponto de partida para a construção de melhores políticas públicas de requalificação foi dado, no que diz respeito a iniciativas mais justas e socialmente eficientes, isso já é um grande ganho para a sociedade. Segundo Saravia (apud PERES e MELO, 2006), as políticas culturais podem asfixiar ou proteger, serem eficazes, prejudicar ou serem inócuas, esse resultado dependerá da sua adequação à comunidade que as inserem, ou ainda da sintonia dessas políticas com a estrutura cultural (perspectiva, crença e valores, modo de criação, formas de relacionamento, entre outros). Portanto, a busca pela harmonia entre esses dois processos – adequação e estrutura – será, então, o grande desafio das políticas culturais contemporâneas.

5. REFERÊNCIAS

- CABRITA, A. R. *et al.* *Manual de apoio à reabilitação dos edifícios do Bairro Alto*. Lisboa: FNAC Gráfica, 1993.
- CARDOSO, A. L. C.; MOREIRA, A. M. M. Mercados populares: Trajetórias na apropriação de práticas informais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL COMÉRCIO, CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO, 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro. p. 1-11. Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/site_coloquio/mesa2_02.pdf>. Acesso em: 12 out. 2006.
- CASTELLS, M. *La Ciudad Informacional*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- COMPANS, Rose. Intervenções de recuperação de zonas urbanas centrais: experiências nacionais e internacionais. *Empresa Municipal de Urbanização – EMURB*. Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para região central de São Paulo, São Paulo, p. 24-60, 2004. 1CD.
- CONDE, Luiz Paulo. A negação da cidade. *SEMADUR - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano*, Rio de Janeiro, ago. 2005. Disponível em: <http://www.semads.rj.gov.br/artigo_dinamica.asp?offset=1>. Acesso em: 12 out. 2006.
- FACCENDA, Marcelo Borges. Entre Davis e Golias. As ações (boas e más) dos museus na dinâmica urbana. *Arquitextos 034 - texto 034.03*, São Paulo, portal vitruvius, set. 2003. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq034/arq034_03.asp>. Acesso em: 30 abr. 2006.

FARIA, Hamilton. Políticas Públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades. In: BRANT, Leonardo (Org.). *Políticas culturais*. São Paulo: Manole, 2003.

FRIDMAN, Fania; SIQUEIRA, Eduardo Cezar. Uma cidadela global no Rio de Janeiro. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 23-40, 2003. Disponível em: <http://www.ipp-uerj.net/forumrio/documentos/009_023.pdf>. Acesso em: 12 out. 2006.

GOLDBERG, Simone. O tubarão da orla carioca: João Barreto comanda o comércio à beira-mar. *Revista semanal de Negócios, Economia e Finanças-Dinheiro Online*, Rio de Janeiro, n.213, 1999. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/dinheironaweb/110/negocios/neg110orla.htm>>. Acesso em: 12 out. 2006.

HALL, C. M. *Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.

KOTLER, Philip. *et al. Marketing de lugares: como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

MAGALHÃES, Roberto Anderson M. *A Requalificação do Centro do Rio de Janeiro na Década de 1990*, Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - PROURB-UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

MAIA, Antônio Cavalcanti. Direitos Humanos e a Teoria do discurso do Direito e da Democracia. In: TORRES, Ricardo Lobo *et al.* (Org.). *Arquivos de Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. v. 2.

MAIA, César. *César Maia lança pedra fundamental da Cidade do Samba*, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.cesarmaia.com.br>>. Acesso em: 12 out. 2006.

MELO, Victor A.; ALVES JUNIOR, Edmundo D. *Introdução ao lazer*. São Paulo: Manole, 2003.

ORLA do rio prepara inauguração dos primeiros quiosques remodelados. *IVT - Instituto Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/ivt/indice.aspx?pag=n&id=6636&cat=Clipping>>. Acesso em: 12 out. 2006.

ORLA Rio. *Mais praia para você!*. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em:<<http://www.orlario.com.br>>. Acesso em: 12 out. 2006.

PERES, Fábio de Faria; MELO, Victor Andrade. Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Digital*, Buenos Aires, v.10, n. 93, 2006. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd93/rio.htm>>. Acesso em: 12 out. 2006.

PRIETO, José Ricardo; CHAVES, Igor. Crimes contra o povo. *O Jornal A nova Democracia*, Rio de Janeiro, v.4, n. 27, 2005. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/27/09.htm>>. Acesso em: 12 out. 2006.

SARAVIA, Enrique. Política e estrutura institucional do setor cultural na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. In: ----- . *Cadernos do nosso tempo*, Rio de Janeiro, 2001, v. 1, n. 5.

VAZ, Lilian Fessler. A “Culturalização” do planejamento da cidade: novos modelos?. *Cadernos PPG-AU/FAUFBA. Territórios Urbanos e Políticas Culturais*, Salvador, v. 2, p. 31-41, 2004. Número especial.

VIEIRA, Cláudio. *Cidade do Samba – História*. Rio de Janeiro. Descreve sobre o projeto, ocupação e história da Cidade do Samba. Disponível em: <<http://www.papo-desamba.com.br/site/index.php?a=1c&c=cidadedosamba#topo>>. Acesso em: 12 out. 2006.

YÁZIGI, E. *Civilização Urbana, planejamento e turismo: discípulos do amanhecer*. São Paulo: Contexto, 2001.

Endereço das Autoras:

Andrezza Marques
Rua Barão do Flamengo, 50; Apto 303, Flamengo,
Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22220-080.
Endereço Eletrônico: andrezzacristina81@gmail.com

Ângela Moreira
Endereço Eletrônico: palas@netfly.com.br